

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3449/2020-PGJ, DE 29.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2011/2012, a serem usufruídos no período de 23 a 27.11.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3458/2020-PGJ, DE 29.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 27.10.2020, o 1º período de férias do Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, concedidas por meio da Portaria nº 2285/2020-PGJ, de 30.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3459/2020-PGJ, DE 29.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 27.10.2020, a Portaria nº 3184/2020-PGJ, de 6.10.2020, que designou o Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto para responder pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3414/2020-PGJ, DE 27.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 72ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 7ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no dia 10.11.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3415/2020-PGJ, DE 27.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2209/2020-PGJ, de 18.6.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2000, que seriam usufruídos nos dias 7 e 8.12.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3444/2020-PGJ, DE 28.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Paranaíba, Ronaldo Vieira Francisco, para, sem prejuízo de suas funções, atuar, na qualidade de membro colaborador voluntário, no Núcleo da Cidadania, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso, exclusivamente no âmbito cível, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3447/2020-PGJ, DE 29.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2303/2020-PGJ, de 30.6.2020, com redação dada pela Portaria nº 2496/2020-PGJ, de 15.7.2020, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2020, de forma que, onde consta:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Filomena Aparecida Depolito Fluminhan	10 a 19.11.2020			23.11 a 2.12.2020

Passe a constar:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Filomena Aparecida Depolito Fluminhan	23.11 a 2.12.2020			7 a 16.12.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3277/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias remanescentes aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
André Antônio Camargo Lorenzoni	2014/2015	1	6 a 27.10.2020
	2016/2017	3	
	2019/2020	18	
Thiago Barbosa da Silva	2019/2020	20	1º a 20.10.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3454/2020-PGJ, DE 29.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Brasilândia, Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes, no dia 30.10.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3455/2020-PGJ, DE 29.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 34ª Zona Eleitoral, no dia 30.10.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3457/2020-PGJ, DE 29.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 13 a 22.10.2020, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-239/2020/PGJ, DE 26.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 23.11 a 2.12.2020, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-240/2020/PGJ, DE 26.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 19 a 28.10.2020, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3453/2020-PGJ, DE 29.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 135/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/0791/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-257/2020/PGJ, DE 27.10.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Karla Christine Nogueira Farias, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.3.2021 e 8 a 17.9.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3150/2020-PGJ, DE 2.10.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender, a partir de 15.9.2020, as férias concedidas ao servidor Enrique Gonçalves de Souza, por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, a serem usufruídas no período de 1º a 3.10.2020, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3419/2020-PGJ, DE 27.10.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 28.10.2020, as férias da servidora Jaqueline Obregão da Rosa Ramos, concedidas por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, com a redação dada pela Portaria nº 2379/2020-PGJ, de 6.7.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 6 a 23.1.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3429/2020-PGJ, DE 27.10.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Ana Carolina Ramos Borges, por meio da Portaria nº 2180/2020-PGJ, de 16.6.2020, que seriam usufruídas no período de 13 a 22.10.2020, a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-259/2020/PJ, DE 29.10.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Wellington Montessi Yule, ocupante do cargo de Auxiliar/Motorista, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período 11 a 17.10.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-265/2020/PGJ, DE 29.10.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Carlos Vinicius Moraes de Souza, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período 20 a 29.10.2020, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 37, inciso II, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-271/2020/PGJ, DE 29.10.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Andressa Klein Assumpção, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período 12 a 16.10.2020, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 37, inciso II, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2020.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1 Expediente:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

• **Ofício nº 0358/2020/2ªPJCS, 25.8.2020**, a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, reportando-se à Portaria nº 1068/2020, que concedeu licença para frequentar, sem prejuízo de suas funções, curso de Programa de Pós Graduação Mestrado em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), encaminha os certificados de conclusão das disciplinas “Tópicos Especiais: Direitos Fundamentais da Área Penal” e “Tópicos Especiais: Administração Pública no Contexto de Direitos Fundamentais”, ambas com carga horária de 60 horas, cursadas no primeiro semestre de 2020, nas quais obteve 100% frequência e aprovação com conceito final A.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, tomou ciência do expediente acima.



7.1.2. Remoção e promoção:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00003110-1

Expediente: Aviso nº 24/2020/CSMP, de 17.9.2020, publicado no DOMPMS nº 2.290, em 18.9.2020.

Assunto: Pedido de remoção por permuta dos Promotores de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, titular da 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, e Marcos Alex Vera de Oliveira, titular da 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o pedido de remoção por permuta dos Promotores de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, titular da 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, e Marcos Alex Vera de Oliveira, titular da 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

2. Processo PGJ/10/2416/2020

Expediente: Aviso nº 20/2020/CSMP, de 21.8.2020, publicado no DOMPMS nº 2.273, de 24.8.2020.

Assunto: Promoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina, segunda entrância.

Inscritos para promoção: Paulo Henrique Mendonça de Freitas, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, Anthony Állison Brandão Santos, Felipe Almeida Marques, Fabio Adalberto Cardoso de Moraes e Gilberto Carlos Altheman Junior.

Relator Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça os nomes dos Promotores de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza e Paulo Henrique Mendonça de Freitas para compor a lista de promoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina, segunda entrância, e para complementação da lista o Conselho, à unanimidade, indicou o nome do Promotor de Justiça Anthony Alisson Brandão Santos.

3. Processo PGJ/10/2417/2020

Expediente: Aviso nº 21/2020/CSMP, de 21.8.2020, publicado no DOMPMS nº 2.273, de 24.8.2020.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, e promoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio, segunda entrância.

Inscritos para remoção: Marcos Martins de Brito, Fernanda Rottili Dias, Fernanda Proença de Azambuja, Talita Zoccolaro Papa Muritiba, Pedro de Oliveira Magalhães, João Meneghini Girelli e William Marra Silva Júnior.

Inscritos para promoção: Anthony Állison Brandão Santos e Fabio Adalberto Cardoso de Moraes.

Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça os nomes dos Promotores de Justiça Marcos Martins de Brito e Fernanda Proença de Azambuja para compor a lista de Remoção, pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio, segunda entrância, e para complementação da lista o Conselho, por maioria, indicou o nome da Promotora de Justiça Fernanda Rotilli Dias.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Notícia de Fato n.º 01.2020.00004505-0

17ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Dourados

Requerente: Simone Salazar do Nascimento

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade quanto ao fornecimento de vacina ao menor F. S. R.

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO - AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - RECUSA DE APLICAÇÃO DE VACINAS - IRREGULARIDADE SANADA - ATENDIMENTO DEVIDAMENTE PRESTADO - ABERTURA DE PAD PARA APURAR A CONDUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - RECURSO DA REPRESENTANTE - DESPROVIMENTO. Depreende-se dos presentes autos, que a representante suscitou a atuação do órgão ministerial para apuração de conduta de enfermeiros e técnicos atuantes na Unidade Básica de Saúde Indaiá, em decorrência de suposta recusa em aplicar vacinas, disponíveis na rede básica de saúde, em seu filho menor de idade. Consoante informações da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados, houve a abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar para averiguar a conduta dos envolvidos, bem como, realizou-se a aplicação das vacinas pleiteadas pela requerente. Desse modo, voto pelo desprovisionamento do recurso interposto pela representante, votando, por consequência, pela homologação do arquivamento da presente notícia de fato.

Deliberação: o Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovisionamento do recurso interposto pela representante, votando, por consequência, pela homologação do arquivamento da presente notícia de fato, nos termos do voto do Relator.

**2. Notícia de Fato n.º 01.2020.00003694-0**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Enio Martins Murad

Requerido: Conselheiro TCE/MS, Waldir Neves Barbosa

Assunto: Apurar notícia de irregularidades relacionadas ao contrato entre o consórcio CG Solurb e o Município de Campo Grande, com possível envolvimento de Conselheiro do Tribunal de Contas.

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DUPLICIDADE DE FEITOS - AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Nº 0914909-48.2019.8.12.0001 JÁ APURA OS FATOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – RECURSO DO REPRESENTANTE - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA - REJEITADA - HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ART. 30, INCISO XII, DA LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL - MÉRITO DESPROVIDO. Depreende-se dos presentes autos que o representante suscitou a atuação do órgão ministerial para apurar suposta irregularidade no contrato firmado entre a Prefeitura de Campo Grande e a empresa CG Solurb Soluções Ambientais, consistente em possível favorecimento em decisão emanada por conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Quanto à preliminar, não há nulidade na decisão de arquivamento da presente notícia de fato, visto que a incompetência arguida pelo recorrente se enquadra somente nos casos de investigações relacionadas ao Presidente do TCE, conforme preconiza o art. 30, inciso XII, da Lei Orgânica do MPMS, o que não é o caso. Ademais, em relação ao mérito, já houve o ajuizamento da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0914909-48.2019.8.12.0001, a qual foi instruída com todas as investigações sobre o caso, incluindo as decisões emanadas pelo TCE, tornando desnecessária a continuidade do presente procedimento. Desse modo, voto pelo desprovisionamento do recurso interposto pelo representante, votando, por consequência, pela homologação do arquivamento da presente notícia de fato.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovisionamento do recurso interposto, e por consequência, pela homologação da promoção de arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator.

7.3. Julgamento de Processo:**1. Reclamação Disciplinar nº 10.2020.00000042-9 - SIGILOS**

Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de MS

Advogado: Gustavo Passarelli da Silva – OAB/MS nº 7.602.

Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS Nº 5.123.

Relator Conselheiro João Albino Cardoso Filho.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo acolhimento da preliminar de prescrição das infrações disciplinares que, em tese, teriam sido praticadas pelo reclamado, com o consequente arquivamento do presente feito, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 29 de outubro de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS**EDITAL Nº 42/2020****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 1507/2020, de 04.05.2020, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 2196, de 05.05.2020, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 42/2020, referente aos documentos da 35ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, conforme planilha encaminhada através do chamado 46191495, para eliminação, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de novembro de 2018.



Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos, até o dia 04.11.2020.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 29.10.2020

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 42/2020

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- 35ª Promotoria de Justiça de Campo Grande	Órgão / Setor- 35ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
000.001-Controle de processos e correspondências; 000.002-ofícios expedidos; 000.003-Ofícios Recebidos; 000.004-livro de protocolo; 000.008- Relatório de atividades – mensal; 000.030-escala de plantão; 100.004-notificações; 100.005-Cartas Precatórias; 100.008-Pautas de Audiências; 200.008-Termo de declarações.	-Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 42/2020	Exercício 2004	2015
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/PGJ/2020

PROCESSO Nº PGJ/10/1315/2020

UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a homologação do resultado e a regularidade da licitação Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/1315/2020).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços de locação de equipamentos para fornecimento de energia ininterrupta (UPS), médio e grande porte, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento e substituição de peças e componentes de nobreaks, para atender às Promotorias de Justiça da Capital e o GAECO.

Vencedora: Transfer Serviços de Energia Eireli, para o item 1, no valor de R\$ 6.750,00 (mensal), totalizando R\$ 162.000,00, para o período de 24 meses, e para o item 2, no valor de R\$ 1.250,00 (mensal), totalizando R\$ 30.000,00, para o período de 24 meses.

Campo Grande, 29 de outubro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE POR DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: ERISON FREITAS BISPO**Processo nº PGJ/10/2980/2019****Contrato: 69/PGJ/2019**

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa **Erison Freitas Bispo**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.347.376/0001-26, com sede na Rua Espinosa, nº 87, Bairro Jardim Presidente, CEP: 79.015-260, Campo Grande/MS, representada neste ato por **Erison Freitas Bispo**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 9070030 SSP/MS e do CPF/MF nº 870.577.431-49, residente e domiciliado na Rua Espinosa, nº 87, Bairro Jardim Presidente, Campo Grande/MS, CEP: 79.015-260, do teor da Decisão exarada pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público, fls. 304-306, do Processo PGJ/10/2980/2019, cujo dispositivo é o que segue: *(...)Restou comprovado nos autos que a empresa descumpriu com as obrigações assumidas por intermédio do Contrato nº 69/PGJ/2019, não restando outra alternativa que aplicar o devido sancionamento à empresa. Para o caso em apreço, considerando o disposto na Cláusula Nona, no item 9.2.4 e em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, APLICO a sanção de multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho nº 2019NE000233, correspondendo ao valor de R\$ 10.350,00 (dez mil, trezentos e cinquenta reais);” Para tanto, REMENTAM-SE os autos à Secretaria de Administração para proceder a intimação da empresa Erison Freitas Bispo dessa decisão, por intermédio de edital de intimação a ser publicado no Diário Oficial do Ministério Público (extrato de penalidade), concedendo-lhe novo prazo para oferecimento de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93, bem como intimando-a para que proceda ao recolhimento do valor referente à multa aplicada, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data desta publicação.* Indicamos os dados necessários em caso de eventual recolhimento da multa: **Banco do Brasil, Agência: 2576-3, Conta Corrente: 20.120-4, CNPJ: 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, preenchendo o campo nº 2 de identificação com CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa.** Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/2980/2019 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3918, no horário de expediente das 12h às 19h. Além disso, o Processo nº PGJ/10/2980/2019 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0010/2020/76PJ/CGR**

A 76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar, na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001222-6

Requerente: 76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública

Requerido: Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande (ABCG)

Assunto: Apurar a retenção indevida de macas hospitalares do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) pelo Hospital Santa Casa.

Campo Grande/MS, 29 de outubro de 2020.

LUCIANA DO AMARA RABELO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0011/2020/76PJ/CGR

A 76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar, na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001205-9

Requerente: 76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria de Estado de Saúde (SES) e Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul (FUNSAU).

Assunto: apurar se o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul adequou as estruturas para atendimento do parto humanizado.

Campo Grande/MS, 29 de outubro de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0012/2020/76PJ/CGR

A 76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar, na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001204-8

Requerente: 76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública (SESAU) e Associação de Amparo à Maternidade e a Infância – Maternidade Cândido Mariano (AAMI).

Assunto: apurar se a Associação de Amparo à Maternidade e a Infância – AAMI (Maternidade Cândido Mariano) adequou as estruturas para atendimento do parto humanizado.

Campo Grande/MS, 29 de outubro de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça



CORUMBÁ

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 09.2020.00002882-9

RECOMENDAÇÃO Nº 0009/2020/02PJ/CBA

O Ministério Público do Mato Grosso do Sul, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Complementar Estadual nº 072, de 18 de janeiro de 1994, e pela Resolução PGJ nº 15 – PGJ, de 25 de agosto de 1997, resolve:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da Constituição Federal/1988);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, aos quais se incluem as ações e serviços em saúde, aos direitos assegurados pela Constituição Federal/1988, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (artigo 129, inciso II, da Constituição Federal/1988);

CONSIDERANDO ser atribuição desta Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, podendo no exercício dessa função fiscalizatória requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO que a saúde é direito fundamental de todos, sendo dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, bem como formular e executar políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde (artigo 6º e 196 da CF e artigo 2º da Lei nº 8.080/1990);

CONSIDERANDO que o artigo 18 da Lei nº 8.080/1990, preconiza que à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, bem como gerir e executar os serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO que a vigilância epidemiológica está vinculada ao campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS (artigo 6º, I, alínea b, Lei nº 8.080/1990) e compreende um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos (artigo 6º, §2º, Lei nº 8.080/1990);

CONSIDERANDO que os indicadores da plataforma MP Social, Projeto Vacinômetro¹, que traz percentuais de cobertura para as principais vacinas ofertadas pela rede pública para todos os municípios do Estado, segundo dados extraídos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde, indicam que o Município de Corumbá/MS está com cobertura geral de 39,8%, ou seja, com índice muito abaixo ao recomendado, o que importa em risco real à saúde coletiva da população deste município;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.259/1975, regulamentada pelo Decreto nº 78.231/1976, institucionaliza o PNI (Plano Nacional de Imunização) e define competências, preceituando no artigo 4º que *“as ações relacionadas, com a execução do programa, são de responsabilidade das Secretarias de Saúde das Unidades Federadas, ou órgãos e entidades equivalentes, nas áreas dos seus respectivos territórios”* (Grifei);

CONSIDERANDO que a responsabilidade das Secretarias de Saúde locais na execução do programa de imunização está detalhada no artigo 33 do Decreto nº 78.231/1976:

¹ <https://mpsocal.mpms.mp.br/index.htm>



Art. 33. Constituem funções das Secretarias de Saúde, através de seus órgãos responsáveis pelos programas de vacinação:

I - Elaborar, implantar e implementar programas de imunizações, principalmente aqueles referentes a vacinação obrigatória;

II - Designar os serviços de saúde que deverão incorporar os Centros de Vacinação constituindo a rede especial a que se refere o artigo 31 deste Regulamento;

III - Limitar a área geográfica a que deve estender-se a influência dos Centros de Vacinação;

IV - Manter a rede Centro de Vacinação;

V - Manter Postos de Vacinação nos demais estabelecimentos de saúde que operam sob sua responsabilidade;

VI - Promover a criação de Postos de Vacinação em todos os serviços de saúde de natureza pública e particular;

VII - Credenciar médicos, como Agentes, para a execução das vacinações;

VIII - Estabelecer normas complementares às baixadas pelo Ministério para a execução das vacinações;

IX - Supervisionar, controlar e avaliar a execução das vacinações no território da Unidade Federada, pelos Centros, Postos e Agentes de Vacinação;

X - Centralizar, analisar e transferir ao Ministério da Saúde as informações referentes às vacinações realizadas em períodos anteriores, divulgando-as.

CONSIDERANDO que os Centros de Vacinação inseridos no âmbito da atenção básica também têm suas funções definidas no referido decreto:

Art. 34. Constituem funções dos Centros de Vacinação:

I - Programar e garantir a vacinação da população residente ou em trânsito na sua área de influência, em conformidade com o Programa da respectiva Secretaria de Saúde;

II - Distribuir e controlar o uso das vacinas pelos Postos e Agentes de Vacinação;

III - Informar ao órgão imediatamente superior na estrutura da Secretaria de Saúde de que é integrante, as vacinações realizadas em períodos anteriores;

IV - Manter o registro das vacinações realizadas;

V - Expedir Atestados de Vacinação para as pessoas que vacinar;

VI - Expedir Atestados da impossibilidade de obtenção das vacinações nos casos previstos neste Regulamento.

CONSIDERANDO que, na sequência, o Decreto nº 78.231/1976 especifica as funções dos Postos e Agentes de Vacinação:

Art. 35. Constituem funções dos Postos e Agentes de Vacinação:

I - Vacinar as pessoas a quem estiverem prestando serviços de saúde;

II - Registrar as vacinações que executarem;

III - Expedir Atestados de Vacinação para as pessoas que vacinarem.

CONSIDERANDO que o credenciamento de serviços de saúde e de profissionais pelas Secretarias de Saúde para atuarem como Postos e Agentes de Vacinação está condicionado aos critérios previstos no parágrafo único do artigo 35 do Decreto nº 78.231/1976:

I - Existência de meios para armazenamento das vacinas e sua perfeita conservação, e de equipamentos destinados à aplicação das mesmas;

II - Registro do uso das vacinas nas fichas clínicas das pessoas vacinadas;

III - Compromisso de afixar em local visível as datas e horários para a aplicação das vacinas;

IV - Compromisso de comunicar as vacinações praticadas nos formulários distribuídos e nos prazos estipulados pelas Secretarias de Saúde.

CONSIDERANDO que o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao prever como deveres da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à saúde da criança, está emitindo comando claro em atribuir preferência e prevalência das políticas públicas voltadas à tutela da integridade física da criança em relação a qualquer outro interesse envolvido;



CONSIDERANDO que o Estatuto, no artigo 7º, ao descrever o direito à saúde, determina a necessidade de promoção de “*políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência*” (Grifei);

CONSIDERANDO que o artigo 14, do mesmo Diploma, fixa a natureza mandatária da vacinação de crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias:

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1º. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. (Grifei)

CONSIDERANDO que a previsão do § 1º, do artigo 14, dirige-se especialmente ao Estado (sem exclusão do dever da família), considerado seu dever de estabelecer a lista de vacinas obrigatórias, de prever o calendário anual de vacinações e, por fim, de prover as vacinas necessárias à imunização das crianças e adolescentes aos quais se apliquem sua decisão;

CONSIDERANDO que na vacinação obrigatória há tutela não só individual da criança, mas também indireta de toda a coletividade, especialmente quanto à diminuição da exposição a risco de outras pessoas, crianças ou não, que eventualmente e por conta de impedimentos de ordem médica, não sejam vacinadas, e que a existência de uma população majoritariamente imune a determinadas doenças ensejará a cessação da circulação dos vírus que causam as doenças e, conseqüentemente, mesmo indivíduos não imunizados não estariam expostos à contaminação;

CONSIDERANDO que a consequência do descumprimento do dever de executar adequadamente o programa de imunização estabelecido pelo Ministério da Saúde configura infração sanitária, prevista no artigo 10, VIII, da Lei nº 6.437/1977, que tipifica as infrações à legislação sanitária federal, estabelecendo sanções:

Art. 10. São infrações sanitárias: (...) VIII - reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde;

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização, e/ou multa; (...). (Grifei)

CONSIDERANDO que não só infração sanitária, mas, presente o elemento subjetivo dolo caracterizador de infração penal, também poderia configurar, em tese, o tipo do artigo 268, do Código Penal:

Art. 268. Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena: detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa.

CONSIDERANDO que o administrador público que elege políticas públicas em desobediência à lei e à Constituição Federal omite-se diante dos anseios da coletividade e quebra o dever de probidade administrativa, atentando contra os princípios da Administração Pública, em especial, os da boa administração, da eficiência e da moralidade. Como consequência, no mecanismo de controle da gestão pública, a inobservância a esses preceitos, por dolo ou culpa, coloca em destaque o plano normativo estabelecido pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o mundo vivencia uma situação atípica e preocupante para a saúde pública, provocada especialmente pelo novo coronavírus, classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que tem gerado sobrecarga nos leitos hospitalares existentes e prejudicado a assistência geral à saúde da população;

CONSIDERANDO que a saúde pública também sofre efeitos de várias outras doenças e epidemias, como a dengue, febre amarela, sarampo e leishmaniose;

CONSIDERANDO que somente altas e homogêneas coberturas vacinais poderão produzir impacto no comportamento epidemiológico das doenças imunopreveníveis e que este resultado contribui para diminuir o peso dessas doenças ao sistema público de saúde, já sobrecarregado pela situação pandêmica;



CONSIDERANDO que a redução na procura pelas vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), neste período de pandemia do novo coronavírus (covid-19), já é percebida pelo Ministério da Saúde e começa a preocupar a pasta, conforme anunciado em 10/06/2020 pela Agência Brasil², nos seguintes termos:

A redução na procura pelas vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), neste período de pandemia do novo coronavírus (covid-19), já é percebida pelo Ministério da Saúde e começa a preocupar a pasta, segundo Ana Goretti, coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do ministério.

Ela explicou que o distanciamento social e a situação da pandemia no Brasil são fatores que têm gerado impacto na queda da cobertura vacinal. “Muitas famílias ficam com receio de ir aos postos de saúde, mas temos orientado todas as equipes de saúde do país quanto às medidas de segurança para evitar infecções”, disse a coordenadora ao participar, nessa terça-feira (9), da conferência online Webinar, organizada pelo jornal O Estado de São Paulo.

De acordo com Ana Goretti, o atual momento de pandemia não pode gerar impacto na queda da cobertura vacinal. Ela lembrou que o Brasil possui hoje o maior programa público de imunização do mundo, que distribui mais de 300 milhões de doses de imunobiológicos anualmente.

O PNI conta com 37 mil postos públicos de vacinação de rotina em todo o país, sendo que em campanhas realizadas anualmente este número chega até 50 mil postos e 51 Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIES). “Hoje nós temos um esquema vacinal complexo por ser extremamente completo no combate às doenças mais prevalentes aos brasileiros e que começa a atender nossa população desde o nascimento. Nesse sentido, nós concentramos a oferta de muitas vacinas em um curto espaço de tempo, ainda na infância, para facilitar a imunização da maior parte das pessoas ao mesmo tempo, otimizando também o tempo dos pais ao levarem as crianças aos postos de vacina”, disse Ana Goretti.

**Com informações do Ministério da Saúde.*

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde também divulgou preocupação com essa questão, informando que cerca de 80 milhões de crianças menores de um ano estão correndo risco de contrair doenças em todo o mundo devido ao fato de não terem sido vacinadas, sendo essa queda reflexo da pandemia do novo coronavírus, que traz riscos, especialmente para crianças³;

CONSIDERANDO que a adoção de comportamentos contrários ao regime geral de vacinação trouxe um severo declínio da população com cobertura imunológica, traduzindo-se em aumento da exposição a risco de contágio de doenças infecciosas como, por exemplo, o sarampo, conforme estudo publicado por Ana Paula Sayuri Sato⁴, pesquisadora do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo:

Desde a década de 1990, as coberturas vacinais infantis estavam acima de 95%, o que indica boa adesão da população à vacinação. No entanto, a partir de 2016, essas coberturas têm declinado cerca de 10 a 20 pontos percentuais. Isso era inesperado e veio acompanhado do aumento da mortalidade infantil e materna. As epidemias de sarampo em Roraima e no Amazonas são consequências imediatas da diminuição das coberturas vacinais. Muitos fatos estão relacionados a essa queda, seja o enfraquecimento do Sistema Único de Saúde ou aspectos técnicos como a implantação de novo sistema de informação de imunização, sejam aspectos sociais e culturais que afetam a aceitação da vacinação. Movimentos anti-vacinas são crescentes e fortalecidos pelo aumento de informações de saúde incorretas compartilhadas especialmente na internet” (Grifei).

CONSIDERANDO que recente estudo publicado no *The New England Journal of Medicine* indica severas consequências à queda da cobertura vacinal em relação ao sarampo, justificando a imposição de vacinação mandatória como forma de garantir a saúde de cidadãos em geral, inclusive com imposição de multas para pessoas que não adiram à vacinação obrigatória, não se discutindo, ante o risco concreto da epidemia, questões atinentes à liberdade individual, frente aos riscos coletivos⁵;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

² Disponível em: [https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/queda-na-procura-por-vacinacao-preocupa-o-ministerio-da-saude10062020#:~:text=A%20redu%C3%A7%C3%A3o%20na%20procura%20pelas,Imuniza%C3%A7%C3%B5es%20\(PNI\)%20do%20minist%C3%A9rio.](https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/queda-na-procura-por-vacinacao-preocupa-o-ministerio-da-saude10062020#:~:text=A%20redu%C3%A7%C3%A3o%20na%20procura%20pelas,Imuniza%C3%A7%C3%B5es%20(PNI)%20do%20minist%C3%A9rio.)

³ Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/taxa-de-vacinacao-cai-em-todo-o-mundo-devido-a-pandemia-de-coronavirus/>;

⁴ SATO, Ana Paula Sayuri. Qual a importância na hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil? Rev. Saúde Pública. 2018, 52:96. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-89102018000100601&lng=en&nrm=iso&tlang=pt.

⁵ JULIE D. CANTOR, M. D. J.D. Mandatory Measles Vaccination in New York City. Reflections on a Bold Experiment. The New England Journal of Medicine. Publicado em 05/06/2019. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMp1905941>



CONSIDERANDO que a *Recomendação nº 001/CGMP/2016*, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

E CONSIDERANDO a relevância e urgência da situação constatada;

Resolve, em defesa da saúde, da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, com a observância aos princípios da legalidade, eficiência e moralidade, RECOMENDAR ao Poder Executivo Municipal de Corumbá/MS que, no prazo de 60 (sessenta) dias, em cumprimento às disposições legais e normativas mencionadas, e em vista das circunstâncias apuradas, dentro de seu âmbito de atuação como gestor municipal do Sistema Único de Saúde, amplie a cobertura vacinal a fim de alcançar a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde, recomendando as seguintes medidas:

a) Elaboração de Plano de Ação Municipal, atendendo-se às normas técnicas pertinentes, com remessa à Secretaria de Estado de Saúde, para adequado planejamento de remessa de imunobiológicos;

b) Capacitação permanente de recursos humanos para atendimento adequado da demanda espontânea, busca ativa e alimentação adequada do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – SIPNI, e Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN;

c) Intensificação do estímulo e conscientização à população da importância do cumprimento integral do Calendário Nacional de Vacinação, com formalização de parcerias ou convênios com veículos de informação, sociedade civil organizada, entidades de classe, conselhos comunitários, representações religiosas, instituições de educação, etc.;

d) Que haja serviço de vigilância das Coberturas Vacinais nos territórios dos municípios, para monitoramento dos resultados da vacinação, identificação de áreas de risco em razão da presença de prováveis suscetíveis, caracterizando tendências e/ou situações para as quais são necessárias intervenções oportunas, de acordo com critérios de priorização referenciados e com o indicador denominado Risco de Transmissão de Doenças Imunopreveníveis no município⁶;

e) Que seja feito, no mínimo uma vez ao ano, o Monitoramento Rápido de Cobertura Vacinal (MRC), para avaliar a situação vacinal e as razões da não vacinação para uma ou mais vacinas, já que essa é a diretriz nacional regulamentada, com o registro de dados *online* no SIPNI (<http://pni.datasus.gov.br>), e com transferência de recursos Fundo-a-Fundo;

f) Que haja sistema efetivo de vigilância dos eventos adversos pós-vacinação – EAPV, para detecção precoce e resposta adequada e oportuna dessas ocorrências, a fim de minimizar os efeitos negativos para a saúde dos indivíduos e diminuir o potencial impacto sobre a vacinação da população, ressaltando-se que a principal ferramenta para que o sistema viabilize seus propósitos é o Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica dos Eventos Adversos Pós-Vacinação – SI-EAPV;

g) Que a Central Municipal de rede de Frio (CMRF) tenha espaço adequado para acondicionamento de imunobiológicos e almoxarifado para outros insumos (seringas, agulhas, caixas térmicas, bobinas reutilizáveis, entre outros), área de acesso aos veículos de carga, área destinada ao recebimento, à preparação e à distribuição dos imunobiológicos (sala de preparo) e área com grupo gerador, além de atender às orientações de construção previstas na Seção B do Manual do Ministério da Saúde⁷ e, a depender do quantitativo populacional e consequente volume de imunobiológicos manuseados, a Central deverá prever câmaras frigoríficas positivas e/ou negativas;

h) Que as salas de vacinação tenham estrutura adequada de armazenamento dos imunobiológicos, em conformidade com as exigências do Ministério da Saúde⁸;

⁶ https://gecon.mpms.mp.br/#_ftn8

⁷ https://gecon.mpms.mp.br/#_ftn9

⁸ https://gecon.mpms.mp.br/#_ftn10



i) Que haja aperfeiçoamento do atendimento nas salas de vacinação da rede básica, as quais devem ter funcionamento prioritário, horário ampliado de atendimento, planejamento de horários e locais alternativos de atendimento de forma periódica (não só nas campanhas de vacinação), atendimento *in loco* e/ou transporte da população residente na área rural ou áreas de difícil acesso. Neste aspecto, é recomendado o cumprimento das diretrizes terapêuticas elencadas no texto abaixo, de autoria do Ministério da Saúde:

DIRETRIZES PARA OS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA à SAÚDE (Dez passos articulados pela campanha do MS cuja garantia de execução está no rol das responsabilidades dos gestores municipais)

PORTA ABERTA. Mantenha a sala de vacina aberta durante todo o horário de funcionamento da unidade. A sala de vacina deve estar sempre à disposição dos usuários. Na impossibilidade de a unidade de saúde manter todas as atividades assistenciais, recomenda-se que a sala de vacina seja o último serviço a ser fechado. A equipe da sala de vacinação (enfermagem) deve atuar de forma integrada com os demais profissionais das equipes de saúde, no sentido de evitar as oportunidades perdidas de vacinação. Sempre que possível, ofertar vacinação na UBS em horários alternativos, como almoço, noite e fins de semana.

SEM EMPECILHOS. Evite barreiras de acesso. O comprovante de endereço não deve ser obrigatório para vacinação, basta o cartão do SUS (CNS) para realizar o registro. Se o usuário estiver sem identificação e pertencer a algum grupo prioritário ou de risco devidamente registrado na unidade de saúde, é preferencial que se garanta a vacinação. Realize a vacinação independentemente da estabilidade do sistema de informação.

DEU CHANCE, VACINE. Aproveite as oportunidades de vacinação. Aproveitar o momento de acolhimento, consultas ou outros procedimentos na unidade de saúde para verificar a situação vacinal dos usuários e orientar/encaminhar à sala de vacinação para início ou atualização do esquema vacinal, se necessário. Em visitas/atendimentos domiciliares, aproveite para verificar a situação do cartão de vacinação do usuário, orientando-o quanto à prevenção de doenças por meio da vacinação.

SEMPRE ALERTA. Monitore a cobertura vacinal. Identifique as pessoas que estão com pendências na situação vacinal, por meio da verificação dos cartões-espelho ou outras ferramentas. Realize busca ativa de usuários faltosos e que possivelmente estarão com o cartão vacinal desatualizado. Desenvolva estratégias comunitárias, reconhecendo populações em vulnerabilidade (migrante, itinerante, pessoas em situação de rua, em privação de liberdade, em quilombolas, entre outros) no seu território e adjacências e, atuando preventivamente com ações voltadas a essas populações. Garanta o planejamento de doses necessárias para o alcance das metas de cobertura vacinal na sua comunidade. Avalie o desempenho obtido das ações de vacinação realizadas na sua Unidade de Saúde e utilize os resultados da avaliação para redirecionar as ações no sentido de alcançar as metas mínimas de cobertura preconizadas.

ANOTE TUDO. ANOTE SEMPRE. Garanta o registro adequado da vacinação. O registro de todas as doses de vacinas aplicadas na Atenção Primária à Saúde deve ser realizado tanto no cartão ou caderneta de vacinação do usuário quanto nos sistemas da estratégia e-SUS AB. Na impossibilidade de uso dos sistemas com prontuário eletrônico (por exemplo, em ações de vacinação extramuros), utilize ficha de vacinação CDS.

TÉCNICO DO TIME. Oriente a população sobre a atualização do calendário vacinal. Promova ações coletivas de educação em saúde com a comunidade, de modo a estimular a promoção da saúde e prevenção de doenças por meio da vacinação. É estratégico conversar com pais e/ou responsáveis pelas crianças e trabalhar em parceria com as escolas.

É MENTIRA! Combata qualquer informação falsa (fake news) sobre vacinação. Identifique e dialogue com as famílias resistentes sobre a vacinação, enfatizando a segurança e benefícios (link para tirar dúvidas sobre fake news: <http://www.Saúde.Gov.Br/fakenews>). Se, após a intervenção profissional, a família ainda se mostrar contrária à vacinação, é possível realizar intervenções em parceria com órgãos de outros setores, como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar.

MODO EMERGÊNCIA. Intensifique as ações de vacinação em situações de surto. Monitore surtos ativos e construa plano de ação com estratégias de resposta rápida no enfrentamento à situação. Apoie a equipe da vigilância em saúde nas ações de bloqueios vacinais ou varreduras.

ORGANIZANDO, TEM PRA TODO MUNDO. Promova a disponibilidade e a qualidade das vacinas ofertadas à população. Planeje o quantitativo de doses necessárias e considere: população adstrita, grupo-alvo, esquema e estratégias de vacinação local. Verifique se há adequado funcionamento da sua sala, monitore e controle continuamente as condições de armazenamento, de modo a preservar a qualidade e a disponibilidade e restringir as perdas das vacinas. Preserve o uso consciente e amplie a confiança da população. Tenha disponíveis as vacinas no tempo certo, em quantidade e qualidade desejáveis. O fornecimento deve ser regular e o fluxo de distribuição organizado a fim de evitar e prevenir faltas de vacinas nas unidades.



SÓ CRAQUE EM CAMPO. Garanta pessoal treinado e habilitado para vacinar durante todo o tempo de funcionamento da unidade. Atente-se à atualização das diretrizes do Ministério da Saúde sobre vacinação e identifique as necessidades de qualificação da sua equipe para planejar ações de educação permanente. (Grifei)

j) Que sejam notificadas oficialmente as creches, berçários, centros de educação e escolas da rede pública e particular localizadas nos municípios, principalmente as de ensino infantil, para que seja verificado se os alunos matriculados estão com a carteira de vacinação irregular (Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010);

k) Que todos os casos de recusa ou omissão de vacinação de crianças e adolescentes por seus responsáveis legais sejam notificados ao Conselho Tutelar, por se tratar de violação de direito e descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar ou de guarda (artigo 136, inciso I, c/c artigo 245, ambos do ECA), com a imediata comunicação ao Ministério Público Estadual, em caso de persistência da omissão;

l) Que sejam implementados grupos e/ou ações permanentes de divulgação com palestras, cursos, seminários, divulgação domiciliar por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, dentre outras medidas eficazes para atingir o público-alvo das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e do artigo 45, parágrafo único, da Resolução nº 15/2007/PGJ, de 27/11/2007, no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993, encaminhe-se a *Recomendação* aos destinatários, advertindo-os que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul deverá ser comunicado (através do e-mail 2pjcumbamba@mpms.mp.br), no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem tomadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Diante da urgência que o caso requer, aliado a instituição do regime diferenciado de atendimento de urgência (Resolução nº 7/2020-PGL), a presente recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Remeta-se cópia desta *Recomendação* para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), e, para conhecimento, à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, ao Conselho Estadual de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde, ao Conselho Regional de Enfermagem – COREN/MS, ao Conselho Regional de Medicina – CRM/MS, à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, à Comissão de Saúde da Câmara Municipal e à Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso do Sul – OAB/MS.

Corumbá/MS, 26 de outubro de 2020.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 09.2020.00002882-9

RECOMENDAÇÃO Nº 0010/2020/02PJ/CBA

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Complementar Estadual nº 072, de 18 de janeiro de 1994, e pela Resolução PGJ nº 15 – PGJ, de 25 de agosto de 1997, resolve:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da Constituição Federal/1988);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, aos quais se incluem as ações e serviços em saúde, aos direitos assegurados pela Constituição Federal/1988, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (artigo 129, inciso II, da Constituição Federal/1988);

CONSIDERANDO ser atribuição desta Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, podendo no exercício dessa função fiscalizatória requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO que a saúde é direito fundamental de todos, sendo dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, bem como formular e executar políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde (artigo 6º e 196 da CF e artigo 2º da Lei nº 8.080/1990);

CONSIDERANDO que o artigo 18 da Lei nº 8.080/1990, preconiza que à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, bem como gerir e executar os serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO que a vigilância epidemiológica está vinculada ao campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS (artigo 6º, I, alínea b, Lei nº 8.080/1990) e compreende um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos (artigo 6º, §2º, Lei nº 8.080/1990);

CONSIDERANDO que os indicadores da plataforma MP Social, Projeto Vacinômetro, que traz percentuais de cobertura para as principais vacinas ofertadas pela rede pública para todos os municípios do Estado, segundo dados extraídos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde, indicam que o Município de Ladário/MS está com cobertura geral de 41,2%, ou seja, com índice abaixo ao recomendado, o que importa em risco real à saúde coletiva da população deste município;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.259/1975, regulamentada pelo Decreto nº 78.231/1976, institucionaliza o PNI (Plano Nacional de Imunização) e define competências, preceituando no artigo 4º que “as ações relacionadas, com a execução do programa, são de responsabilidade das Secretarias de Saúde das Unidades Federadas, ou órgãos e entidades equivalentes, nas áreas dos seus respectivos territórios” (Grifei);

CONSIDERANDO que a responsabilidade das Secretarias de Saúde locais na execução do programa de imunização está detalhada no artigo 33 do Decreto nº 78.231/1976:

Art. 33. Constituem funções das Secretarias de Saúde, através de seus órgãos responsáveis pelos programas de vacinação:



- I - Elaborar, implantar e implementar programas de imunizações, principalmente aqueles referentes a vacinação obrigatória;*
- II - Designar os serviços de saúde que deverão incorporar os Centros de Vacinação constituindo a rede especial a que se refere o artigo 31 deste Regulamento;*
- III - Limitar a área geográfica a que deve estender-se a influência dos Centros de Vacinação;*
- IV - Manter a rede Centro de Vacinação;*
- V - Manter Postos de Vacinação nos demais estabelecimentos de saúde que operam sob sua responsabilidade;*
- VI - Promover a criação de Postos de Vacinação em todos os serviços de saúde de natureza pública e particular;*
- VII - Credenciar médicos, como Agentes, para a execução das vacinações;*
- VIII - Estabelecer normas complementares às baixadas pelo Ministério para a execução das vacinações;*
- IX - Supervisionar, controlar e avaliar a execução das vacinações no território da Unidade Federada, pelos Centros, Postos e Agentes de Vacinação;*
- X - Centralizar, analisar e transferir ao Ministério da Saúde as informações referentes às vacinações realizadas em períodos anteriores, divulgando-as.*

CONSIDERANDO que os Centros de Vacinação inseridos no âmbito da atenção básica também têm suas funções definidas no referido decreto:

Art. 34. Constituem funções dos Centros de Vacinação:

- I - Programar e garantir a vacinação da população residente ou em trânsito na sua área de influência, em conformidade com o Programa da respectiva Secretaria de Saúde;*
- II - Distribuir e controlar o uso das vacinas pelos Postos e Agentes de Vacinação;*
- III - Informar ao órgão imediatamente superior na estrutura da Secretaria de Saúde de que é integrante, as vacinações realizadas em períodos anteriores;*
- IV - Manter o registro das vacinações realizadas;*
- V - Expedir Atestados de Vacinação para as pessoas que vacinar;*
- VI - Expedir Atestados da impossibilidade de obtenção das vacinações nos casos previstos neste Regulamento.*

CONSIDERANDO que, na sequência, o Decreto nº 78.231/1976 especifica as funções dos Postos e Agentes de Vacinação:

Art. 35. Constituem funções dos Postos e Agentes de Vacinação:

- I - Vacinar as pessoas a quem estiverem prestando serviços de saúde;*
- II - Registrar as vacinações que executarem;*
- III - Expedir Atestados de Vacinação para as pessoas que vacinarem.*

CONSIDERANDO que o credenciamento de serviços de saúde e de profissionais pelas Secretarias de Saúde para atuarem como Postos e Agentes de Vacinação está condicionado aos critérios previstos no parágrafo único do artigo 35 do Decreto nº 78.231/1976:

- I - Existência de meios para armazenamento das vacinas e sua perfeita conservação, e de equipamentos destinados à aplicação das mesmas;*
- II - Registro do uso das vacinas nas fichas clínicas das pessoas vacinadas;*
- III - Compromisso de afixar em local visível as datas e horários para a aplicação das vacinas;*
- IV - Compromisso de comunicar as vacinações praticadas nos formulários distribuídos e nos prazos estipulados pelas Secretarias de Saúde.*

CONSIDERANDO que o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao prever como deveres da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à saúde da criança, está emitindo comando claro em atribuir preferência e prevalência das políticas públicas voltadas à tutela da integridade física da criança em relação a qualquer outro interesse envolvido;

CONSIDERANDO que o Estatuto, no artigo 7º, ao descrever o direito à saúde, determina a necessidade de promoção de “políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (Grifei);



CONSIDERANDO que o artigo 14, do mesmo Diploma, fixa a natureza mandatória da vacinação de crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias:

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1º. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. (Grifei)

CONSIDERANDO que a previsão do § 1º, do artigo 14, dirige-se especialmente ao Estado (sem exclusão do dever da família), considerado seu dever de estabelecer a lista de vacinas obrigatórias, de prever o calendário anual de vacinações e, por fim, de prover as vacinas necessárias à imunização das crianças e adolescentes aos quais se apliquem sua decisão;

CONSIDERANDO que na vacinação obrigatória há tutela não só individual da criança, mas também indireta de toda a coletividade, especialmente quanto à diminuição da exposição a risco de outras pessoas, crianças ou não, que eventualmente e por conta de impedimentos de ordem médica, não sejam vacinadas, e que a existência de uma população majoritariamente imune a determinadas doenças ensejará a cessação da circulação dos vírus que causam as doenças e, conseqüentemente, mesmo indivíduos não imunizados não estariam expostos à contaminação;

CONSIDERANDO que a consequência do descumprimento do dever de executar adequadamente o programa de imunização estabelecido pelo Ministério da Saúde configura infração sanitária, prevista no artigo 10, VIII, da Lei nº 6.437/1977, que tipifica as infrações à legislação sanitária federal, estabelecendo sanções:

Art. 10. São infrações sanitárias: (...) VIII reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização, e/ou multa; (...). (Grifei)

CONSIDERANDO que não só infração sanitária, mas, presente o elemento subjetivo dolo caracterizador de infração penal, também poderia configurar, em tese, no tipo do artigo 268, do Código Penal:

Art. 268. Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena: detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa.

CONSIDERANDO que o administrador público que elege políticas públicas em desobediência à lei e à Constituição Federal omite-se diante dos anseios da coletividade e quebra o dever de probidade administrativa, atentando contra os princípios da Administração Pública, em especial, os da boa administração, da eficiência e da moralidade. Como consequência, no mecanismo de controle da gestão pública, a inobservância a esses preceitos, por dolo ou culpa, coloca em destaque o plano normativo estabelecido pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o mundo vivencia uma situação atípica e preocupante para a saúde pública, provocada especialmente pelo novo coronavírus, classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que tem gerado sobrecarga nos leitos hospitalares existentes e prejudicado a assistência geral à saúde da população;

CONSIDERANDO que a saúde pública também sofre efeitos de várias outras doenças e epidemias, como a dengue, febre amarela, sarampo e leishmaniose;

CONSIDERANDO que somente altas e homogêneas coberturas vacinais poderão produzir impacto no comportamento epidemiológico das doenças imunopreveníveis e que este resultado contribui para diminuir o peso dessas doenças ao sistema público de saúde, já sobrecarregado pela situação pandêmica;

CONSIDERANDO que a redução na procura pelas vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), neste período de pandemia do novo coronavírus (covid-19), já é percebida pelo Ministério da Saúde e começa a preocupar a pasta, conforme anunciado em 10/06/2020 pela Agência Brasil⁹, nos seguintes termos:

⁹ Disponível em: [https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/queda-na-procura-por-vacinacao-preocupa-o-ministerio-da-saude10062020#:~:text=A%20redu%C3%A7%C3%A3o%20na%20procura%20pelas,Imuniza%C3%A7%C3%B5es%20\(PNI\)%20do%20minist%C3%A9rio.](https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/queda-na-procura-por-vacinacao-preocupa-o-ministerio-da-saude10062020#:~:text=A%20redu%C3%A7%C3%A3o%20na%20procura%20pelas,Imuniza%C3%A7%C3%B5es%20(PNI)%20do%20minist%C3%A9rio.)

A redução na procura pelas vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), neste período de pandemia do novo coronavírus (covid-19), já é percebida pelo Ministério da Saúde e começa a preocupar a pasta, segundo Ana Goretti, coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do ministério.

Ela explicou que o distanciamento social e a situação da pandemia no Brasil são fatores que têm gerado impacto na queda da cobertura vacinal. “Muitas famílias ficam com receio de ir aos postos de saúde, mas temos orientado todas as equipes de saúde do país quanto às medidas de segurança para evitar infecções”, disse a coordenadora ao participar, nessa terça-feira (9), da conferência online Webinar, organizada pelo jornal O Estado de São Paulo.

De acordo com Ana Goretti, o atual momento de pandemia não pode gerar impacto na queda da cobertura vacinal. Ela lembrou que o Brasil possui hoje o maior programa público de imunização do mundo, que distribui mais de 300 milhões de doses de imunobiológicos anualmente.

O PNI conta com 37 mil postos públicos de vacinação de rotina em todo o país, sendo que em campanhas realizadas anualmente este número chega até 50 mil postos e 51 Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIES).

“Hoje nós temos um esquema vacinal complexo por ser extremamente completo no combate às doenças mais prevalentes aos brasileiros e que começa a atender nossa população desde o nascimento. Nesse sentido, nós concentramos a oferta de muitas vacinas em um curto espaço de tempo, ainda na infância, para facilitar a imunização da maior parte das pessoas ao mesmo tempo, otimizando também o tempo dos pais ao levarem as crianças aos postos de vacina”, disse Ana Goretti.

**Com informações do Ministério da Saúde.*

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde também divulgou preocupação com essa questão, informando que cerca de 80 milhões de crianças menores de um ano estão correndo risco de contrair doenças em todo o mundo devido ao fato de não terem sido vacinadas, sendo essa queda reflexo da pandemia do novo coronavírus, que traz riscos, especialmente para crianças¹⁰;

CONSIDERANDO que a adoção de comportamentos contrários ao regime geral de vacinação trouxe um severo declínio da população com cobertura imunológica, traduzindo-se em aumento da exposição a risco de contágio de doenças infecciosas como, por exemplo, o sarampo, conforme estudo publicado por Ana Paula Sayuri Sato¹¹, pesquisadora do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo:

Desde a década de 1990, as coberturas vacinais infantis estavam acima de 95%, o que indica boa adesão da população à vacinação. No entanto, a partir de 2016, essas coberturas têm declinado cerca de 10 a 20 pontos percentuais. Isso era inesperado e veio acompanhado do aumento da mortalidade infantil e materna. As epidemias de sarampo em Roraima e no Amazonas são consequências imediatas da diminuição das coberturas vacinais. Muitos fatos estão relacionados a essa queda, seja o enfraquecimento do Sistema Único de Saúde ou aspectos técnicos como a implantação de novo sistema de informação de imunização, sejam aspectos sociais e culturais que afetam a aceitação da vacinação. Movimentos anti-vacinas são crescentes e fortalecidos pelo aumento de informações de saúde incorretas compartilhadas especialmente na internet” (Grifei).

CONSIDERANDO que recente estudo publicado no *The New England Journal of Medicine* indica severas consequências à queda da cobertura vacinal em relação ao sarampo, justificando a imposição de vacinação mandatória como forma de garantir a saúde de cidadãos em geral, inclusive com imposição de multas para pessoas que não adiram à vacinação obrigatória, não se discutindo, ante o risco concreto da epidemia, questões atinentes à liberdade individual, frente aos riscos coletivos¹²;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a *Recomendação nº 001/CGMP/2016*, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil

¹⁰ Disponível em: medicina.ufmg.br/taxa-de-vacinacao-cai-em-todo-o-mundo-devido-a-pandemia-de-coronavirus/;

¹¹ SATO, Ana Paula Sayuri. Qual a importância na hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil? Rev. Saúde Pública. 2018, 52:96. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-89102018000100601&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

¹² JULIE D. CANTOR, M. D. J.D. Mandatory Measles Vaccination in New York City. Reflections on a Bold Experiment. The New England Journal of Medicine. Publicado em 05/06/2019. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMp1905941>



ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

E CONSIDERANDO a relevância e urgência da situação constatada;

Resolve, em defesa da saúde, da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, com a observância aos princípios da legalidade, eficiência e moralidade, RECOMENDAR ao Poder Executivo Municipal de Ladário/MS que, no prazo de 60 (sessenta) dias, em cumprimento às disposições legais e normativas mencionadas, e em vista das circunstâncias apuradas, dentro de seu âmbito de atuação como gestor municipal do Sistema Único de Saúde, amplie a cobertura vacinal a fim de alcançar a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde, recomendando as seguintes medidas:

a) Elaboração de Plano de Ação Municipal, atendendo-se às normas técnicas pertinentes, com remessa à Secretaria de Estado de Saúde, para adequado planejamento de remessa de imunobiológicos;

b) Capacitação permanente de recursos humanos para atendimento adequado da demanda espontânea, busca ativa e alimentação adequada do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – SIPNI, e Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN;

c) Intensificação do estímulo e conscientização à população da importância do cumprimento integral do Calendário Nacional de Vacinação, com formalização de parcerias ou convênios com veículos de informação, sociedade civil organizada, entidades de classe, conselhos comunitários, representações religiosas, instituições de educação, etc.;

d) Que haja serviço de vigilância das Coberturas Vacinais nos territórios dos municípios, para monitoramento dos resultados da vacinação, identificação de áreas de risco em razão da presença de prováveis suscetíveis, caracterizando tendências e/ou situações para as quais são necessárias intervenções oportunas, de acordo com critérios de priorização referenciados e com o indicador denominado Risco de Transmissão de Doenças Imunopreveníveis no município¹³;

e) Que seja feito, no mínimo uma vez ao ano, o Monitoramento Rápido de Cobertura Vacinal (MRC), para avaliar a situação vacinal e as razões da não vacinação para uma ou mais vacinas, já que essa é a diretriz nacional regulamentada, com o registro de dados *online* no SIPNI (<http://pni.datasus.gov.br>), e com transferência de recursos Fundo-a-Fundo;

f) Que haja sistema efetivo de vigilância dos eventos adversos pós-vacinação – EAPV, para detecção precoce e resposta adequada e oportuna dessas ocorrências, a fim de minimizar os efeitos negativos para a saúde dos indivíduos e diminuir o potencial impacto sobre a vacinação da população, ressaltando-se que a principal ferramenta para que o sistema viabilize seus propósitos é o Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica dos Eventos Adversos Pós-Vacinação – SI-EAPV;

g) Que a Central Municipal de rede de Frio (CMRF) tenha espaço adequado para acondicionamento de imunobiológicos e almoxarifado para outros insumos (seringas, agulhas, caixas térmicas, bobinas reutilizáveis, entre outros), área de acesso aos veículos de carga, área destinada ao recebimento, à preparação e à distribuição dos imunobiológicos (sala de preparo) e área com grupo gerador, além de atender às orientações de construção previstas na Seção B do Manual do Ministério da Saúde¹⁴ e, a depender do quantitativo populacional e consequente volume de imunobiológicos manuseados, a Central deverá prever câmaras frigoríficas positivas e/ou negativas;

h) Que as salas de vacinação tenham estrutura adequada de armazenamento dos imunobiológicos, em conformidade com as exigências do Ministério da Saúde¹⁵;

i) Que haja aperfeiçoamento do atendimento nas salas de vacinação da rede básica, as quais devem ter funcionamento prioritário, horário ampliado de atendimento, planejamento de horários e locais alternativos de atendimento de forma periódica (não só nas campanhas de vacinação), atendimento *in loco* e/ou transporte da população

¹³ https://gecon.mpms.mp.br/#_ftn8

¹⁴ https://gecon.mpms.mp.br/#_ftn9

¹⁵ https://gecon.mpms.mp.br/#_ftn10



residente na área rural ou áreas de difícil acesso. Neste aspecto, é recomendado o cumprimento das diretrizes terapêuticas elencadas no texto abaixo, de autoria do Ministério da Saúde:

DIRETRIZES PARA OS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA à SAÚDE (Dez passos articulados pela campanha do MS cuja garantia de execução está no rol das responsabilidades dos gestores municipais)

PORTA ABERTA. Mantenha a sala de vacina aberta durante todo o horário de funcionamento da unidade. A sala de vacina deve estar sempre à disposição dos usuários. Na impossibilidade de a unidade de saúde manter todas as atividades assistenciais, recomenda-se que a sala de vacina seja o último serviço a ser fechado. A equipe da sala de vacinação (enfermagem) deve atuar de forma integrada com os demais profissionais das equipes de saúde, no sentido de evitar as oportunidades perdidas de vacinação. Sempre que possível, ofertar vacinação na UBS em horários alternativos, como almoço, noite e fins de semana.

SEM EMPECILHOS. Evite barreiras de acesso. O comprovante de endereço não deve ser obrigatório para vacinação, basta o cartão do SUS (CNS) para realizar o registro. Se o usuário estiver sem identificação e pertencer a algum grupo prioritário ou de risco devidamente registrado na unidade de saúde, é preferencial que se garanta a vacinação. Realize a vacinação independentemente da estabilidade do sistema de informação.

DEU CHANCE, VACINE. Aproveite as oportunidades de vacinação. Aproveitar o momento de acolhimento, consultas ou outros procedimentos na unidade de saúde para verificar a situação vacinal dos usuários e orientar/encaminhar à sala de vacinação para início ou atualização do esquema vacinal, se necessário. Em visitas/atendimentos domiciliares, aproveite para verificar a situação do cartão de vacinação do usuário, orientando-o quanto à prevenção de doenças por meio da vacinação.

SEMPRE ALERTA. Monitore a cobertura vacinal. Identifique as pessoas que estão com pendências na situação vacinal, por meio da verificação dos cartões-espelho ou outras ferramentas. Realize busca ativa de usuários faltosos e que possivelmente estarão com o cartão vacinal desatualizado. Desenvolva estratégias comunitárias, reconhecendo populações em vulnerabilidade (migrante, itinerante, pessoas em situação de rua, em privação de liberdade, em quilombolas, entre outros) no seu território e adjacências e, atuando preventivamente com ações voltadas a essas populações. Garanta o planejamento de doses necessárias para o alcance das metas de cobertura vacinal na sua comunidade. Avalie o desempenho obtido das ações de vacinação realizadas na sua Unidade de Saúde e utilize os resultados da avaliação para redirecionar as ações no sentido de alcançar as metas mínimas de cobertura preconizadas.

ANOTE TUDO. ANOTE SEMPRE. Garanta o registro adequado da vacinação. O registro de todas as doses de vacinas aplicadas na Atenção Primária à Saúde deve ser realizado tanto no cartão ou caderneta de vacinação do usuário quanto nos sistemas da estratégia e-SUS AB. Na impossibilidade de uso dos sistemas com prontuário eletrônico (por exemplo, em ações de vacinação extramuros), utilize ficha de vacinação CDS.

TÉCNICO DO TIME. Oriente a população sobre a atualização do calendário vacinal. Promova ações coletivas de educação em saúde com a comunidade, de modo a estimular a promoção da saúde e prevenção de doenças por meio da vacinação. É estratégico conversar com pais e/ou responsáveis pelas crianças e trabalhar em parceria com as escolas.

É MENTIRA! Combata qualquer informação falsa (fake news) sobre vacinação. Identifique e dialogue com as famílias resistentes sobre a vacinação, enfatizando a segurança e benefícios (link para tirar dúvidas sobre fake news: <http://www.Saúde.Gov.Br/fakenews>). Se, após a intervenção profissional, a família ainda se mostrar contrária à vacinação, é possível realizar intervenções em parceria com órgãos de outros setores, como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar.

MODO EMERGÊNCIA. Intensifique as ações de vacinação em situações de surto. Monitore surtos ativos e construa plano de ação com estratégias de resposta rápida no enfrentamento à situação. Apoie a equipe da vigilância em saúde nas ações de bloqueios vacinais ou varreduras.

ORGANIZANDO, TEM PRA TODO MUNDO. Promova a disponibilidade e a qualidade das vacinas ofertadas à população. Planeje o quantitativo de doses necessárias e considere: população adstrita, grupo-alvo, esquema e estratégias de vacinação local. Verifique se há adequado funcionamento da sua sala, monitore e controle continuamente as condições de armazenamento, de modo a preservar a qualidade e a disponibilidade e restringir as perdas das vacinas. Preserve o uso consciente e amplie a confiança da população. Tenha disponíveis as vacinas no tempo certo, em quantidade e qualidade desejáveis. O fornecimento deve ser regular e o fluxo de distribuição organizado a fim de evitar e prevenir faltas de vacinas nas unidades.

SÓ CRAQUE EM CAMPO. Garanta pessoal treinado e habilitado para vacinar durante todo o tempo de funcionamento da unidade. Atente-se à atualização das diretrizes do Ministério da Saúde sobre vacinação e identifique as necessidades de qualificação da sua equipe para planejar ações de educação permanente. (Grifei)



j) Que sejam notificadas oficialmente as creches, berçários, centros de educação e escolas da rede pública e particular localizadas nos municípios, principalmente as de ensino infantil, para que seja verificado se os alunos matriculados estão com a carteira de vacinação irregular (Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010);

k) Que todos os casos de recusa ou omissão de vacinação de crianças e adolescentes por seus responsáveis legais sejam notificados ao Conselho Tutelar, por se tratar de violação de direito e descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar ou de guarda (artigo 136, inciso I, c/c artigo 245, ambos do ECA), com a imediata comunicação ao Ministério Público Estadual, em caso de persistência da omissão;

l) Que sejam implementados grupos e/ou ações permanentes de divulgação com palestras, cursos, seminários, divulgação domiciliar por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, dentre outras medidas eficazes para atingir o público-alvo das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e do artigo 45, parágrafo único, da Resolução nº 15/2007/PGJ, de 27/11/2007, no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993, encaminhe-se a *Recomendação* aos destinatários, advertindo-os que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul deverá ser comunicado (através do e-mail 2pjcumbamba@mpms.mp.br), no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Diante da urgência que o caso requer, aliado a instituição do regime diferenciado de atendimento de urgência (Resolução nº 7/2020-PGL), a presente recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Remeta-se cópia desta *Recomendação* para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), e, para conhecimento, à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, ao Conselho Estadual de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde, ao Conselho Regional de Enfermagem – COREN/MS, ao Conselho Regional de Medicina – CRM/MS, à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, à Comissão de Saúde da Câmara Municipal e à Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso do Sul – OAB/MS.

Corumbá/MS, 26 de outubro de 2020.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CASSILÂNDIA

RECOMENDAÇÃO N. 0002/2020/3 ZE/CLA

Procedimento Administrativo Eleitoral nº 09.2020.00002298-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio de sua representante infra-assinada, com atuação na 03ª Zona Eleitoral, tendo por fundamento o art. 127, caput, da Constituição Federal; arts. 6º, XX, 78 e 79, da Lei Complementar nº 75/93; os arts. 27 parágrafo único, IV, e 80, da Lei Federal nº 8.625/93 e, ainda, o Código Eleitoral;

CONSIDERANDO que se encontra em transcurso o denominado período eleitoral, inclusive com calendário pré-estabelecido, conforme Resolução TSE n.º 23.627/20;

CONSIDERANDO que é cediço que, em eleições municipais, haja vista o interesse local diretamente envolvido, há intensa movimentação e acaloradas discussões entre os interessados, muitas vezes com provocação do Judiciário, Ministério Público Eleitoral e Polícias;

CONSIDERANDO que, não obstante a veracidade de algumas ocorrências, infelizmente é comum a manipulação de informações, desvio de finalidade (foco), contrainformação e vindicta dissimulada, por parte de “denunciantes”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, através da gama de atribuições que possui e reconhecida capacidade para uso dos instrumentos jurídicos previstos pela legislação em vigor, é muitas vezes acionado, indevidamente, por pessoas inidôneas e mal intencionadas, com o fito de causar tumulto às demais investigações, bem como tentar conspurcar a regularidade das atividades de adversários;

CONSIDERANDO que no município integrante da da 03ª Zona Eleitoral de Cassilândia, já se iniciaram discussões e “denúncias” das mais variadas ordens, tendo até o momento se constatado existirem dentre essas irresignações infundadas, de práticas não defesas em lei, ou sem suporte mínimo probatório de sua ocorrência, inclusive denotando o chamado “denuncismo eleitoral”;

CONSIDERANDO que, de forma expressa, as reclamações ou representações eleitorais podem ser feitas por qualquer partido político, coligação e candidato diretamente aos juízes eleitorais (Lei n.º 9.504/97, art. 96, caput e inciso I e Resolução TSE n.º 23.608/19);

CONSIDERANDO que, de forma expressa, as Ações de Impugnação de Registro de Candidatura podem ser feitas por qualquer partido político, coligação e candidato diretamente aos juízes eleitorais (Lei n.º 64/90, art. 3º);

CONSIDERANDO que, de forma expressa, qualquer partido político, coligação e candidato poderá representar à Justiça Eleitoral relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial (AIJE) para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político (Lei n.º 64/90, art. 22);

CONSIDERANDO, ainda, que petições de referidos legitimados, encaminhados ao Ministério Público Eleitoral, podem denotar falta de interesse, já que também devem vir instruídas com suporte probatório bastante e, assim, já deveriam ser remetidas pelos interessados diretamente ao Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, de qualquer forma, irá sempre se manifestar, em tais ações, representações ou reclamações, diretamente feitas em Juízo, e, assim, haverá sempre firme e escoreita atuação do *Parquet* em todos os casos;

CONSIDERANDO que em todos os casos de denúncias feitas perante o Ministério Público Eleitoral serão detidamente analisados os elementos indiciários de prova, até mesmo para se observar se está ou não a haver manipulação de pessoas e informações, por terceiros de má-fé;

CONSIDERANDO que a apresentação de informações falsas ou fatos inverídicos, em matéria eleitoral, pode configurar diversos CRIME, conforme o caso, e especialmente os crimes dos artigos, 324, 325, 326-A, 348, 349, 350,



353 e 354, todos do Código Eleitoral.

CONSIDERANDO que a Lei 13.834/19 criou um novo tipo penal no Código Eleitoral, prevendo a chamada “Denúncia Caluniosa Eleitoral” (art. 326-A, do Código Eleitoral), punindo todo aquele que der causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, de inquérito civil ou ação de improbidade administrativa, atribuindo a alguém a prática de crime ou ato infracional de que o sabe inocente, com finalidade eleitoral;

CONSIDERANDO que, o §3º, do art. 326-A, do Código Eleitoral, estabelece que também incorrerá nas mesmas penas (dois a oito anos e multa) aquele que, comprovadamente ciente da inocência do denunciado e com finalidade eleitoral, divulga ou propala, por qualquer meio ou forma, o ato ou o fato que lhe foi falsamente atribuído;

CONSIDERANDO, ainda, que o artigo 323, do Código Eleitoral, tipifica como crime a conduta de divulgar, na propaganda, fatos que sabe inverídicos (*Fake News*), em relação a partidos ou candidatos e capazes de exercerem influência perante o eleitorado¹⁶;

CONSIDERANDO que a função consultiva é característica extremamente peculiar e própria da Justiça Eleitoral, cuja finalidade é esclarecer determinadas dúvidas, em regra, antes do período eleitoral, tornando explícito o juízo das Cortes Eleitorais, conforme prescreve o Código Eleitoral, art. 23, inciso XIII e art. 30, VIII, mas nunca de casos concretos;

CONSIDERANDO, outrossim, que já pacificou o TSE que em relação a função consultiva, esta não pode incidir sobre uma situação determinada e concreta, somente sendo possível versar sobre situação “em tese”, sob pena de não conhecimento (TSE – Consulta 1501 – 12.02.2008 – Relator Ayres Britto);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público não lhe é atribuída a função consultiva, por força do imperativo constitucional (art. 129, IX, da Magna Carta);

Resolve expedir a seguinte RECOMENDAÇÃO:

i. Aos partidos políticos, coligações e candidatos, para que nos casos de infração cível à legislação eleitoral, preferencialmente, exerçam diretamente seus direitos e pedidos perante a Justiça Eleitoral pela legitimidade ativa que possuem, nos termos da Lei 64/90, artigos 3º e 22; Lei n.º 9.504/97, art. 96, caput e inciso I e Resolução TSE n.º 23.608/19; sendo que nas infrações penais devem ser registradas de forma fundamentada e com o maior número de informações possíveis na respectiva Polícia ou encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral;

i. Aos representantes de órgãos públicos e particulares, entidades de classe, movimentos sociais, organização não governamentais, entre outros, para que, antes de acionar a Polícia, o Ministério Público ou diretamente o Poder Judiciário (ante o poder de polícia desse), analisem com seriedade e zelo os fatos apontados por seus representados, a fim de não fomentarem o “denuncismo eleitoral” e, ainda, não incorrerem nas faltas supramencionadas (crimes);

i. Aos partidos políticos, coligações, candidatos e representantes de órgãos públicos, para que tomem conhecimento de que ao Ministério Público não é atribuída a função consultiva (art. 129, IX, da Magna Carta c.c artigos 23, inciso XIII e 30, VIII, do Código Eleitoral), razão pela qual qualquer consulta, porventura protocolada ou solicitada nesta Promotoria de Justiça sobre o pleito eleitoral, será considerada inviável de análise por este *Parquet* e, por consequência, não conhecida. Eventuais dúvidas de partidos, coligações e candidatos devem ser encaminhadas às respectivas assessorias jurídicas.

Dê-se ciência aos Ilmos. Presidentes dos Partidos Políticos locais, e, para efeitos elucidativos, ao Meritíssimo Juiz Eleitoral, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil local, ao Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, ao Delegado de Polícia Civil, ao Comandante da Polícia Militar, bem como acerca do caráter de “ação uniforme institucional” do MPE em relação a esta recomendação.

Cassilândia, 20 de outubro 2020.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO
Promotora Eleitoral

¹⁶ Ac.-TSE, de 25.6.2015, no AgR-RMS nº 10404: o tipo penal indicado não exige que os fatos tenham potencial para definir a eleição, bastando que sejam “capazes de exercerem influência perante o eleitorado”.

**RECOMENDAÇÃO N. 0003/2020/3 ZE/CLA**

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002298-0

“Dispõe sobre as providências a serem adotadas pelos partidos/coligações/candidatos relacionadas ao fornecimento de combustível durante a campanha eleitoral, de modo a evitar desrespeito à lei eleitoral”.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio de sua representante que esta subscreve, com atuação na 3ª Zona Eleitoral (Cassilândia), tendo por fundamento o art. 127, caput, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 69/90; arts. 6º, XX, 78 e 79, da Lei Complementar nº 75/93; os arts. 27 parágrafo único, IV, e 80, da Lei Federal nº 8.625/93 e, ainda, o Código Eleitoral, a Lei nº 9.504/97 e a Resolução TSE nº 23.604/2019;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito e tem por fundamentos, entre outros, a cidadania e o pluralismo político, e ser um dos objetivos fundamentais da República a construção uma sociedade livre, justa e solidária;

CONSIDERANDO que todo poder emana do povo, sendo exercido diretamente ou através de seus representantes eleitos (art. 1º, parágrafo único, da CF);

CONSIDERANDO que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos do art. 14, caput, da CF;

CONSIDERANDO que cumpre ao Ministério Público Eleitoral, entre outras funções, zelar pelo fiel cumprimento da legislação eleitoral, destarte, combater a corrupção eleitoral em todas as suas formas;

CONSIDERANDO que a campanha eleitoral para as eleições municipais de 2020 teve início a partir do dia 27 de setembro de 2020, impondo a imperiosa necessidade de medidas de prevenção com fulcro de garantir a igualdade entre os futuros candidatos e o respeito à democracia e à população em geral;

CONSIDERANDO a necessidade de abastecimento de automóveis vinculados às campanhas eleitorais, o que, às vezes, dá-se por meio da expedição de requisições de abastecimentos que são exibidas nos postos de combustíveis, no qual antecipadamente se fez a compra de certa quantidade de combustível;

CONSIDERANDO que a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assentou a possibilidade de entrega de combustível aos cabos eleitorais, sendo estes considerados como pessoas que mantêm um vínculo jurídico estável com os candidatos e que não se confundem com simples eleitores (Recurso Ordinário nº 778, Relator(a) Min. Humberto Gomes de Barros), de maneira que tal entrega de combustível deve ser realizada com o intuito de que estes participem de ato lícito de campanha, tais como a promoção de carreatas (quantidade de litros de combustível proporcional e indispensável ao trajeto em quilômetros a ser efetuado) e locomoção para a realização de comícios, encontros do partido ou visita do candidato a diferentes bairros do município (Agravo Regimental no RCED 726, Rei. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 3.11.2009). A esse respeito, cite-se elucidativo julgado que dispõe essa diferenciação:

Ementa: AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2014. CANDIDATA AO CARGO DE DEPUTADA ESTADUAL. ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 64 DE 1990. PRÁTICA DE ATOS CARACTERIZADOS COMO ABUSO DE PODERECONÔMICO E POLÍTICO. DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E BRINDES ANTES DAS ELEIÇÕES COM O OBJETIVO DE CAPTAR VOTOS PARA A INVESTIGADA. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA A ALCERÇAR A CONDENAÇÃO. 1. A distribuição de combustível para ato lícito de campanha (carreatas, comícios, etc.) não constitui ilícito eleitoral, desde que não haja de pedido expresso ou implícito de votos. 2. O abuso de poder político se caracteriza como o uso indevido do cargo público com o objetivo de angariar votos para determinado candidato, prejudicando, desta forma, a normalidade e legitimidade das eleições. A autoridade política que detém o poder utiliza sua posição hierárquica para influenciar os eleitores, em detrimento da liberdade de voto, causando com isso um desequilíbrio no pleito. 3. O abuso de poder econômico, por sua vez, se configura quando ocorre doação de bens ou de vantagens a eleitores de forma que essa ação possa



desequilibrar a disputa eleitoral e influenciar no resultado das eleições, afetando a legitimidade e normalidade do pleito. 4. A condenação por abuso de poder político e econômico não pode ser baseada em presunção, requerendo a robusta demonstração da prática do ilícito. 5. Improcedência dos pedidos por insuficiência de elementos comprobatórios que denotem a prática dos atos configuradores de abuso de poder econômico e político. 6. Ação julgada improcedente. (TRE-PA - AIJE 309469 PA (TRE-PA). Data de publicação: 19/11/2015).

CONSIDERANDO que, se por um lado, há a distribuição lícita de combustíveis para os casos acima especificados, pelo outro, existe a corriqueira e lamentável prática de casos de captação ilícita de sufrágio, que são praticadas por candidatos e coligações, mediante a entrega a eleitores de requisições de abastecimento como utilidade patrimonial para a compra de votos;

CONSIDERANDO que a distribuição gratuita e desmedida de bens ou valores, em período eleitoral, poderá configurar crime de compra de votos (art. 299 do Código Eleitoral), dando ensejo, ainda, à representação específica por captação ilícita de sufrágio, conforme dispõe o art. 41-A da Lei 9.504/97, podendo levar, inclusive, à cassação do registro ou do diploma do candidato envolvido e à aplicação de multa de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR;

CONSIDERANDO que a Lei Eleitoral expressamente proíbe a realização de gastos de campanha atinentes à distribuição de quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor, a teor do disposto no art. 39, § 6º, da Lei nº 9.504/97 (“é vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor”);

CONSIDERANDO que a situação narrada também poderá configurar abuso de poder político e/ou econômico, a ser repreendido e sancionado por via de Ação de Investigação Judicial Eleitoral, implicando, inclusive, a cassação do registro ou do diploma do candidato que houver efetuado o gasto irregular e, ainda, a decretação de sua inelegibilidade pelo prazo de 08 (oito) anos;

CONSIDERANDO que as penalidades previstas na legislação eleitoral não são restritas aos candidatos, podendo ser aplicadas também a terceiros (particulares) que “hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou” (art. 22, inciso XIV, da Lei Complementar nº 64/90);

CONSIDERANDO, por fim, que é de conhecimento público e notório a ocorrência, no período eleitoral, do fornecimento indiscriminado de requisições de combustível;

RESOLVE RECOMENDAR:

1. Aos diretórios municipais dos partidos políticos, a seus candidatos e coligações que:

1.1. Remetam ao Ministério Público Eleitoral (Promotoria de Justiça de Cassilândia), no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento deste, listas contendo o nome de todas as pessoas que estão ou irão trabalhar na campanha eleitoral, dos respectivos veículos que serão utilizados e dos postos de combustíveis que farão o abastecimento desses veículos;

1.2. Adotem as devidas precauções no sentido de que não sejam entregues “requisições” ou “vales-combustível” a pessoas que não estiverem integrando o rol de colaboradores efetivos das respectivas campanhas eleitorais previstos e incluídos na(s) listagem(ens) mencionada(s) no item 1.1;

1.3. Ao emitirem toda e qualquer “requisição” ou “vale-combustível”, adotem o cuidado de preencher, de forma completa e legível, o nome e o CPF do beneficiário do combustível, a placa do veículo e o nome e CPF do responsável (candidato ou não) pela emissão do documento, cientificando previamente os representantes dos postos de combustível dos referidos dados;

1.4. Armazenem, até 15 (quinze) dias depois da diplomação, de forma organizada e com mecanismo que permita fácil e rápida localização, cópia de todas as “requisições” ou “vales-combustível” utilizados até o prazo final da prestação de contas de campanha, a fim de que sejam prontamente encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral, sempre que requisitadas;

1.5. Os partidos políticos, por intermédio de seus diretórios municipais, devem instruir seus candidatos e representantes de coligações das quais venham a participar de todo o teor desta recomendação, para seu fiel cumprimento.



2. Aos proprietários, gerentes ou responsável pelos postos de combustíveis com funcionamento no Município de Cassilândia que:

2.1. Ao serem procurados para o fornecimento de qualquer quantidade de combustível mediante a apresentação de “requisição” ou “vale combustível” proveniente dos comitês eleitorais, partidos políticos/coligações ou candidatos, realizem a conferência se todos os campos referentes ao nome, CNH e o CPF do beneficiário, placa do veículo, quantidade de litros e se o responsável pela emissão do documento encontra-se preenchido de forma completa e legível;

2.2. Emitam, sempre, a Nota Fiscal ou Cupom Fiscal referente à transação de cada abastecimento, com a indicação do nome do beneficiário e dados do candidato e do CNPJ utilizado para os gastos da campanha, conforme dados do item 2.1;

2.3. Somente realizem o abastecimento de veículos cujos condutores sejam os beneficiários do combustível, com a conferência da respectiva carteira de habilitação do condutor e placas previamente cadastradas, e desde que o documento mencionado no item anterior esteja preenchido nos moldes indicados;

2.4. Mantenham cadastro com informações organizadas e com mecanismo que permita fácil e rápida localização de todos os abastecimentos realizados à vista de “requisições” e/ou “vale combustível” emitidas pelos comitês eleitorais, partidos políticos/coligações ou candidatos, bem como eventuais contratos/termos respectivos, a fim de que sejam prontamente encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral, sempre que requisitadas.

2.5. Seja afixada em local visível ao público a informação relativa ao procedimento descrito acima no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento desta Recomendação, deixando claro ao consumidor que o abastecimento somente será efetuado mediante a prévia identificação aqui descrita;

Fica registrada a advertência de que a presente recomendação produz seus efeitos a contar do seu recebimento, com a constituição em mora dos envolvidos em caso de descumprimento, que poderá caracterizar inobservância de norma de ordem pública e a lei eleitoral, cabendo ao Ministério Público propor as ações judiciais cabíveis visando à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e da regularidade do processo eleitoral.

1 - Para conhecimento e cumprimento do presente instrumento, oficie-se, enviando cópia pelo meio mais ágil (eletrônico):

- a) aos proprietários de postos de combustíveis do Município de Cassilândia/MS;
- b) aos diretórios municipais dos partidos políticos e/ou coligações, para ciência e divulgação entre seus filiados;

2 - Para fins de divulgação e publicação, oficie-se pelo meio mais ágil:

- a) às emissoras de rádio e jornais de circulação local;
- b) à Secretaria Geral do Ministério Público, para fins de publicação no Diário Oficial do Ministério Público;
- c) Ao Centro de Apoio Operacional Eleitoral e ao Excelentíssimo Senhor Procurador Regional Eleitoral;
- d) ao Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral, solicitando a afixação no quadro de avisos do Cartório da 03ª Zona Eleitoral.
- e) À Câmara Municipal de Vereadores do município em questão, à Autoridade Policial de Cassilândia/MS, ao Comando da Polícia Militar em Cassilândia/MS, e à Diretora (servidora responsável) do Cartório Eleitoral.

Ressalte-se que os destinatários elencados no item 1 deverão encaminhar devolutiva ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento deste.

Cassilândia, 20 de outubro de 2020.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO
Promotora de Justiça



SÃO GABRIEL DO OESTE

06.2020.00001197-1**EDITAL Nº 0001/2020/1ªPJ-SGO**

A 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2020.00001197-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, em São Gabriel do Oeste/MS ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2020.00001197-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Energisa S/A.

Assunto: apurar representação informando acerca da má prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica pela empresa Energisa aos consumidores produtores rurais do Município de São Gabriel do Oeste/MS, consubstanciada na falta de manutenção e reparo das redes elétricas, o que tem ocasionado focos de incêndio e danos em diversas propriedades rurais.

São Gabriel do Oeste/MS, 27 de outubro de 2020.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça